

“MEMÓRIAS DO SOL QUENTE”: AS MULHERES TRABALHADORAS OLEIRAS DO POTI VELHO, EM TERESINA – PIAUÍ

“MEMORIES OF THE HOT SUN”: WOMEN WORKERS FROM POTI VELHO, IN TERESINA – PIAUÍ



AMANDA LIMA DA SILVA ¹

Resumo

O presente artigo procura compreender as experiências do trabalho feminino nas olarias de tijolos, a partir das narrativas orais de sete mulheres da Cooperativa de Artesanato do Poti Velho (COOPERART-Poty), localizada no bairro Poti Velho, em Teresina - Piauí. Nos questionamos sobre quando elas começaram a trabalhar nas olarias; que motivos introduziram estas mulheres neste trabalho? Que ocupação elas desempenhavam nas olarias? Como era o cotidiano laboral nesta atividade? Percebemos que a necessidade de sobreviver, complementar a renda e a falta de oportunidades em trabalho formais foram os principais motivos da entrada de algumas destas mulheres nas olarias de tijolos, algumas ainda eram adolescentes quando começaram no labor oleiro. As mulheres oleiras do Poti Velho desempenharam a função de carregadoras de tijolos. Suas memórias recordaram o trabalho pesado debaixo do sol quente, recebendo baixas remunerações e levando a problemas de saúde.

Palavras-chave: Memórias. Mulheres Trabalhadoras. Oleiras.

Abstract

This article seeks to understand the experiences of women's work in brick pottery, from the oral narratives of seven women from the Craft Cooperative of Poti Velho (COOPERART-Poty), located in the Poti Velho neighborhood, in Teresina - Piauí. We wonder when they started working in the potteries; what reasons introduced these women to this work? What occupation did they perform in the potteries? How was the daily work in this activity? We realized that the need to survive, supplement their income and the lack of formal work opportunities were the main reasons for the entry of some of these women into brick kilns, some were still teenagers when they started in the pottery work. Poti Velho women potters acted as brick carriers. His memories recalled hard work under the hot sun, receiving low pay and leading to health problems;

Keywords: Memoirs. Working Women. Pots

¹ Mestra em História (UFMA). Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição – SANKOFA/UESPI. Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FAMEP). Graduada em História (UESPI). E-mail: amandalima7728@gmail.com.



Introdução

No presente artigo, propomos compreender as experiências e vivências em comuns de mulheres que trabalharam nas olarias de tijolos do bairro Poti Velho, em Teresina – Piauí, usando como fonte as memórias de sete mulheres que atualmente trabalham com a produção cerâmica local e participam da COOPERART-Poty (Cooperativa de Artesanato do Poti Velho)², constituída apenas por mulheres, e que outrora trabalharam em olarias de tijolos.

Segundo Perrot (2016), ao longo da década de 1980 ocorreu o fortalecimento da História das Mulheres como campo de pesquisa. Houve uma abertura para novos temas, metodologias e fontes ligadas aos estudos femininos que procurou estudar as mulheres na diversidade de suas experiências. Segundo Margareth Rago,

Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. (RAGO, 1995, p. 82).

Em meio a esta renovação historiográfica, Emília Viotti (1990, p. 11) teceu uma crítica aos estudos sobre as classes trabalhadoras que ignoravam experiências femininas e enfatizou a necessidade dos pesquisadores (as) dedicarem-se a estudar as mulheres enquanto sujeitos históricos do trabalho e não apenas observá-las pelas brechas do trabalho masculino.

Nenhuma história das classes trabalhadoras digna de respeito pode ser escrita hoje sem incorporar a mulher, não apenas aquelas que trabalham no setor industrial, mas também as esposas e outros membros da família que trabalham em empregos temporários no setor informal. (VIOTTI, 1990, p. 11).

Nesse sentido, pesquisas destinadas a reconstituir as experiências sociais do trabalho feminino abraçaram a História Oral. Para Alberti (2008), a História Oral se popularizou nas pesquisas acadêmicas ao longo da década de 1980 e foi fundamental nos estudos de grupos sociais marginalizados. A metodologia se apresentou como possibilidade de colocar as mulheres como vozes autoras de suas próprias experiências e representações, diferente de outrora quando suas imagens eram determinadas pelo

² Cooperativa fundada por mulheres e que abrange apenas o trabalho feminino na manufatura cerâmica no Poti Velho. Veremos mais sobre a COOPERART-Poty e seu papel na vida das mulheres que estudamos.



pensamento dominante masculino, “[...] um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos em uma dada sociedade.” (FERREIRA, 1998, p.12).

Em nosso estudo, a História Oral tem como fonte a memória das mulheres que entrevistamos. Sobre a função social da memória, tratamos dela a partir da teoria psicossocial de Maurice Halbwachs (2003) que considera memória um fenômeno coletivo que influencia as seleções da memória individual, “[...] diríamos que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que cada ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.” (HALBWACHS, 2003, p. 69).

A memória é um fenômeno múltiplo na sociedade, existem vários grupos tencionando o cotidiano e lutando pelo reconhecimento de suas memórias, “Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no espaço e no tempo.” (HALBWACHS, 2003, P. 106). Aqui estudamos as memórias de mulheres que viveram a maior parte de suas trajetórias de vida na labuta de serviços informais, enquanto mulheres, em sua maioria negras, fazem parte de um grupo que, historicamente, sofre um processo de exclusão estrutural no tecido social.

Para Kimberlé Crenshaw (2002), as desigualdades se reproduzem na sociedade tendo em vista as intersecções (gênero, raça, classe, e etc.) que perpassam os indivíduos, “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos.” (CREENSHAW, 2002, p. 10). As intersecções atuam juntas desprivilegiando e discriminando determinadas populações em vários âmbitos: educação, trabalho, lazer, etc. Em nosso trabalho, as mulheres estudadas fazem parte de um grupo triplamente marginalizado, são mulheres, em sua maioria negras, vindas de contextos de pobreza e que tiveram de se virar desde cedo em serviços informais.

Segundo a Organização Internacional de Trabalho – OIT (2006), economia informal tem uma definição:

A expressão "economia informal" refere-se a todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas actividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa



que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos. (OIT, 2006, p. 7).

Além disso, para a OIT (2006), o fenômeno da discriminação de sexo, raça, idade, são fatores que contribuem para tornar as trabalhadoras mais vulneráveis ao trabalho informal:

Em geral, as mulheres devem conciliar múltiplas responsabilidades como garantir a subsistência da família, tratar das tarefas domésticas e cuidar dos idosos e das crianças; além disso, veem-se confrontadas com uma discriminação em matéria de acesso à educação e à formação, bem como a outros recursos económicos. Arriscam-se, assim, mais do que os homens, a ter de optar pela economia informal. (OIT, 2006, p. 12).

O trabalho informal entra na vida de muitas mulheres pela necessidade de sobrevivência e pela dificuldade de serem absorvidas no mercado formal. Segundo Perrot (2005), o trabalho produtivo do século XIX contribuiu ainda mais para a marginalização do trabalho informal feminino, já que ele “[...] erigiu como únicas ‘trabalhadoras’ as assalariadas.” (PERROT, 2005, p. 241). Daí temos um dos motivos da importância de estudar mulheres da categoria informal de trabalho, trabalhadoras invisibilizadas.

De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias (1983, p. 34), a presença de mulheres trabalhadoras informais em fontes oficiais do período colonial e do Brasil independente é esparsa, fragmentada e são carregadas de estereótipos, visto que representavam uma camada pobre. Segundo Dias (1983), elas eram com frequência vistas como sinônimo de desorganização do espaço urbano e não como sintoma de mudança social. Por isso,

Reconstruir a organização de sobrevivência das mulheres pobres significa integrá-las na história do desemprego estrutural, fenômeno amplo e bem conhecido, que afeta de modo específico a força de trabalho feminina (44): o estudo de formas de trabalho flutuante, e temporário, mais de trabalhadoras autônomas do que de assalariadas, pressupõe antes o estudo de uma organização de sobrevivência, do que de produção ou de poupança... Integrá-las na história de sua época é restituir a memória social de um fenômeno que se mantém vivo e presente na sociedade brasileira contemporânea (45). (DIAS, 1983, p. 45).

Para entender as trajetórias femininas e reconstituir suas experiências no trabalho, devemos compreender o contexto de sua organização econômica, mas também dos significados simbólicos da atuação destas mulheres em suas atividades laborais. Nos preocupamos com que as mulheres da COOPERART-Poty se expressem a partir de suas



memórias, vivências e experiências na atividade oleira. Para isso, adotamos o procedimento metodológico das histórias de vida, já que

[...] *história de vida* na medida em que utiliza a experiência do ator de maneira *longitudinal*, buscando encontrar padrões universais de relações humanas e percepções, além de interpretações sobre a origem e funcionamento dos fenômenos sociais, através das articulações temporais fornecidas pelas entrevistas. Assim obter sucessivos fatos sobre o sujeito (ou sujeitos) e suas experiências é fundamental para a compreensão não apenas do ator social, mas também das unidades sociais que são mais amplos do que os indivíduos. (CAMARGO; HIPOLITO; LIMA, 1983, p. 13).

As histórias de vida são o procedimento mais eficaz de análise para reconstituir as memórias de vida do trabalho oleiro feminino. Quando iniciaram no trabalho com o barro? Como era o cotidiano nas olarias? Quais motivos levaram a trabalhar nesta atividade? Quanto recebiam?

As sete mulheres entrevistadas foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: a) terem trabalhado nas olarias, b) trabalharem há mais de 10 anos no ofício cerâmico artesanal, c) fazerem parte da Cooperativa de Artesanato do Poti Velho (COOPERART-Poty). Tais critérios se justificam porque estas mulheres vivenciaram as dificuldades iniciais do trabalho cerâmico feminino e as conquistas graduais de sua estruturação neste ofício, antes disso, elas já trabalharam com o barro nas olarias de tijolos.

Cabe fazer uma distinção identitária³ entre ceramistas e oleiras. De acordo com as entrevistadas, elas foram oleiras por terem trabalhado nas olarias de tijolos, mas agora se identificam como ceramistas. Em ambas as situações há labuta com o barro, mas apenas quando começaram a modelar o barro diretamente passaram a se reconhecerem como ceramistas. Há uma transformação simbólica que perpassa suas representações e identidades. Esta percepção está presente no relato de Maria Margarida:

As ceramistas são as meninas que somos nós hoje, porque a maioria das mulheres ajudava o marido só nada venda ou pintura, não produziam. Aí tem a oleira que somos, que são as mulheres que saíram da olaria para vir para cooperativa, para virar artesã como eu, Raimundinha, Toinha, a Francisca, várias mulheres saíram da olaria para se tornar artesã. (MARGARIDA, 2019, s/p)

³ Temos como norte o conceito de Identidade de Stuart Hall (2001), o autor reflete que as identidades na pós-modernidade não são estáticas ou imutáveis, elas se transformam ao longo das vivências.



Nesse sentido, percebemos que elas compartilharam estratégias de vida em comum e tiveram de integrar o trabalho nas olarias na luta pela sobrevivência em meio a pobreza do bairro Poti Velho antes de se tornarem produtoras ceramistas unidas na cooperativa. Para Halbwachs (2015), os acontecimentos sobre determinado assunto são levados de um grupo para outro formado pelo mesmo círculo de pessoas, ao se afastarem em intervalos pequenos de tempo as lembranças voltam a se encontrar, o esquecimento temporário é exercido para dar vantagens aos grupos, pois eles podem dizer que reencontraram a lembrança por inteiro.

Tomando Halbwachs (2015), acreditamos que isso ocorre com as mulheres do Poti Velho, suas lembranças do trabalho oleiro se reforçaram ao reunir este mesmo círculo de mulheres na produção cerâmica artesanal, tendo o labor olarias de tijolos como parte de suas experiências e memória coletiva, mesmo após experimentarem outros serviços. Para compreender as memórias femininas, iremos entender primeiramente o campo de pesquisa.

O bairro Poti Velho e a labuta nas olarias

O bairro Poti Velho é o local na tessitura da cidade de Teresina onde as mulheres que estudamos trabalham atualmente na confecção e venda de objetos cerâmicos. Ele está localizado na confluência dos dois rios que atravessam a capital de Teresina, Poti e Parnaíba, e está situado na zona norte da capital, no limite das cidades Teresina/PI e Timon/MA. As atividades socioeconômicas locais predominantes estão relacionadas ao pequeno comércio, a pesca, extração de argila, a produção cerâmica, e mais recentemente, o turismo.

Esta região de Teresina próxima aos rios Poti e Parnaíba foi o núcleo habitacional mais antigo da cidade. No século XIX, o local foi conhecido como Barra do Poti, onde José Antônio Saraiva, na época administrador da província do Piauí, decidiu instalar a nova capital que anteriormente era Oeiras. De acordo com Gandara (2011), a instalação ocorreu em 1852 em uma região conhecida como Chapada do Corisco, logo foi batizada de Vila Nova do Poti. No período, o atual Poti Velho passou a se chamar Vila Velha do Poti.

Figura 1: Vista aérea da zona norte de Teresina – Piauí.



Legenda: Poti Velho destacado em amarelo.

Fonte: SEMPLAN, 2018.

A religião é um elemento da cultura do bairro. A tradição anual dos festejos de São Pedro, padroeiro da comunidade, o santo protetor dos pescadores, ocorre no mês de junho entre os dias 21 e 29 (SEMPLAN, 2018). O turismo também foi inserido no cotidiano do Poti Velho devido a inauguração do Parque Ambiental Encontro dos Rios em 1996, aponta Lima (2011). A atividade de produção cerâmica artesanal é um trabalho relevante no cenário econômico e cultural para os habitantes do bairro. A região também é conhecida na memória coletiva de seus habitantes pela tradição de produção de tijolos nas olarias.

As olarias foram locais onde ocorriam todas as etapas da fabricação de tijolos usando a matéria prima abundante da região, a argila. “A referida prática foi favorecida pela existência de uma área de aproximadamente 53 ha”. (MONTE, 2016, p. 52). Segundo Pereira (2014), as olarias ficavam próximas de lagoas em uma região outrora considerada Poti Velho, mas a partir de 1988, se tornou o bairro Olarias depois de divisões feitas pelo governo (**ver figura 3**). Há dúvidas sobre o início do uso da argila, “[...] não há registro documental sobre essa atividade até meados do século XX. Com base nos depoimentos dos oleiros mais antigos da região, estima-se que a exploração de argila nessa área ultrapasse os 50 anos.” (PORTELA, 2005, p. 67). Portanto,

O trabalho praticado pelos oleiros, denominado também de mineração artesanal em operações a céu aberto ou próximas a superfície, ocorre de forma em que há confinamento á pequenas aberturas ou acessos para trabalhos subterrâneos. No seu aspecto ambiental, trata-se de um manejo sem a orientação correta dos recursos minerais, com a falta de planejamento e reparação dos danos. (PORTELA; BARBOSA, 2015, p. 18).



O procedimento de produção de tijolos nas olarias incluía: retirada da argila, modelagem, queima e armazenamento, “Os oleiros extraem matéria-prima de jazidas e preparam a argila para a fabricação, secagem e queimas de telhas e tijolos além de desenformarem os produtos e providenciarem a sua armazenagem.” (PORTELA; BARBOSA, 2015, p. 18).

Segundo Portela (2005), as olarias abrangeram grande contingente de trabalhadores, muitos vindos de outras partes da cidade em busca de recursos para sobrevivência. Para Portela (2005), o desemprego foi um dos principais motivos da inserção neste trabalho, não havia necessidade de mão-de-obra especializada e a área de atuação dos trabalhadores era flexível. Esse tipo de atividade se desenvolve geralmente em ritmos e tempos irregulares, sem frequência obrigatória, sem salário fixo. Por isso, a exploração da mão-de-obra ocorria de modo marginal nas olarias.

Figura 2: Mapa da região das olarias e etapas da utilização de argila.



Legenda: Na parte superior da imagem temos o Poti Velho; à esquerda, imagens do polo cerâmico. Na parte inferior atual bairro de Olarias e a indicação das etapas de produção de tijolos.

Fonte: LIMA, p. 95, 2011, *apud*, Veras, 2011.

Por volta da segunda metade do século XX houve um crescimento da demanda da construção civil em Teresina “[...] a qual promoveria a exaustão de outras fontes de argila, frente a novas demandas do setor da construção civil. A atividade, então, tem um importante papel na construção da cidade.” (MONTE, 2016, 53, *apud*, MORAES, 2013, p. 104). A necessidade do setor repercutiu na entrada expressiva de pessoas para trabalhar nas olarias e pessoas para explorar esta mão-de-obra.



De acordo com LIMA (2011, p. 86)⁴, no ano de 1977 foi criada a Associação dos Oleiros Autônomos de Teresina (ASSOAUTER) composta por membros com formações acadêmicas de prestígio (médicos, advogados, agrônomos, e etc.). Estes sujeitos se apossaram das terras onde se dava o trabalho oleiro como “donos”, mas sequer habitavam a região dos arredores do Poti Velho.

[...] o comércio de tijolos crescia em Teresina e passou a representar uma parte importante na composição de renda das famílias. Tal comércio estimulou a ganância de pessoas mais abastadas e de fora do bairro a se apropriarem desse espaço e assumirem o papel de donos, utilizando uma mão de obra barata e sem oferecerem nenhuma garantia trabalhista aos verdadeiros oleiros ou aos que já trabalhavam com essa atividade anteriormente. (LIMA, 2011, p. 86).

Porém, “O controle das olarias pelos sócios da ASSOAUTER provocou a saída de muitas famílias, que mais tarde retornaram por não encontrarem outro meio de sobrevivência.” (LIMA, 2011, p. 86, *apud*. PMT, 1988 b). Nesse sentido, a apropriação das terras oleiras por parte da associação não trouxe benefícios aos verdadeiros oleiros, por isso, “Sem garantir ao poder público nenhuma contrapartida tributária, pois estavam em área de propriedade do município, a ASSOAUTER serviu na realidade para agravar o processo de exploração social e econômica dos verdadeiros oleiros.” (PORTELA, 2005, p. 68). Nesse contexto,

Durante 20 anos, o senhor Primo Vaz da Costa reivindicou a posse da terra e cobrava em até 20% do total do valor da produção para que os trabalhadores pudessem usufruir a área. Só no final da década de 80 (26 de maio de 1987), após longa batalha judicial, a Prefeitura Municipal pôde anexar ao patrimônio público esse pedaço de chão tão cobiçado por muitos (PMT, 1988 c). (PORTELA, 2005, p. 67).

No entanto, a associação possuía o direito de explorar as olarias desde 1984, já que “[...] o Prefeito Antônio de Almendra Freitas Neto concedeu à ASSOAUTER o direito de explorar a área por 15 anos, sob a condição de ser arrecadado para o poder público municipal o valor correspondente a 5% da produção.” (LIMA, 2011, p. 87). Durante esse período, os trabalhadores oleiros sofreram com as escassas condições de trabalho e desigualdade. Eles estavam expostos a ganhos inferiores aos exploradores de sua mão-de-obra, principalmente nos períodos chuvosos em que a produção cessava⁵.

Foi necessário que, a partir de 1987 os oleiros se organizassem politicamente em torno de objetivos em comum, como escreve Portela (2005):

⁴ Em menção ao plano de produção da cooperativa de oleiros de 1986, da Prefeitura Municipal de Teresina.

⁵ Segundo estudo da Fundação Joaquim Nabuco de 1985, disponível nas análises de PORTELA (2005).



Segundo a PMT (1987 a), cerca de quarenta famílias se organizaram com o apoio da Prefeitura Municipal, no terceiro governo do então prefeito Wall Ferraz para a criação da Cooperativa de Produção e Comercialização de Tijolos e Telhas do Bairro Mafrense Ltda. As primeiras reuniões deram-se em maio de 1987, e o primeiro impasse seria o de “desapropriar” os sócios da ASSOAUTER, que tinham a garantia legal de explorar a área até o ano de 1999. (PORTELA, 2005, p. 69).

Segundo Lima (2011), várias reivindicações foram traçadas e posteriormente efetivadas pela cooperativa. De acordo com Portela (2005, p. 71), a Prefeitura Municipal de Teresina organizou e apoiou financeiramente a cooperativa até 1988, quando Heráclito Fortes⁶ cessou a participação do município. Apesar do curto período de desenvolvimento da cooperativa, “[...] a inexistência do apoio da prefeitura, aliada à falta de experiência dos cooperados, a cooperativa entrou em processo de decadência.” (PORTELA, 2005, 72).

Figura 3: Forno de queima de tijolos das olarias.



Fonte: SEMPLAN, 2018.

Após a implantação do Programa Lagoas do Norte em 2008, que visa revitalizar urbanisticamente e ambientalmente cerca de 13 bairros da zona norte, entre eles o Poti Velho e a região das olarias, o trabalho oleiro findou em 2011, como aponta Pereira (2014). Atualmente, só é permitida a extração de argila nesta região para a produção cerâmica artesanal local.

Hoje após a implantação do Programa, removidos de seu local, os oleiros alegam sofrer com a marginalização e com o desemprego, tendo em vista que o avanço do PLN impossibilitou a extração de argila, matéria prima de seu labor. (LEMOS; LIMA, 2017, p. 2).

⁶ Recém eleito Prefeito de Teresina naquele período.



A prática oleira na zona norte de Teresina se desenvolveu de modo marginal, em péssimas condições, alheio a leis trabalhistas e repercutiu em um cenário de extrema desigualdade econômica e exploração dos recursos humanos e naturais ao longo do tempo, ainda hoje é local de extração de argila. A modernização da cidade ateou vários habitantes em um trabalho desgastante e sem garantias. Trataremos em seguida das memórias de vida de mulheres que hoje trabalham produzindo cerâmica no Poti Velho, mas que tiveram seu primeiro contato com a argila trabalhando nas olarias.

Memórias das olarias

As mulheres entrevistadas para este estudo possuem entre 48 e 63 anos, atualmente trabalham como ceramistas artesanais no Poti Velho, antes disso trabalharam nas olarias de tijolos e outros serviços como vender verduras em feiras e pequenos comércios, cuidar de crianças de conhecidos, lavar roupas, bordar, vender produtos de perfumaria de revistas. Uma delas é natural do Maranhão, uma é advinda do município de União, as demais são todas teresinenses. Todas possuem filhos. Três delas são casadas, duas são divorciadas, outras duas disseram ser solteiras. Por precisarem trabalhar ainda enquanto eram muito jovens tiveram dificuldades nos estudos, nem todas chegaram a finalizar o ensino médio.

Para Halbwachs (2015, p. 29), as lembranças podem se basear na impressão do indivíduo, mas também na de outros, a memória coletiva faz com que a exatidão da recordação seja maior. Nesse sentido, quando pessoas recordam juntas sobre coisas lembradas por cada uma, que podem ser diferentes, mas ainda são sobre os mesmos eventos “[...] conseguimos pensar, nos recordar em comum, os fatos do passado assumem importância maior e acreditamos revivê-lo com maior intensidade, porque não estamos mais a sós ao representá-los para nós. (HALBWACHS, 2015, p. 29).

A partir das narrativas das mulheres que estudamos, percebemos que o trabalho de homens, mulheres, crianças e adolescentes era comum nas olarias e a função de carregar tijolos era executada principalmente pelos últimos. Maria do Amparo se lembrou que existiam muitas mulheres que trabalhavam carregando tijolos nas olarias: “Muitas mulheres, sol quente. Era homens e mulheres, porque os homens eles faziam o tijolo e a mulher carregava [...] mais mulheres [carregando tijolos].” (AMPARO, 2019, s/p, grifo nosso).



O trabalho de fabricação de tijolos e queima estava majoritariamente nas mãos dos homens, era uma função exercida por eles. Esta memória sobre a composição da força de trabalho também está presente na narrativa de Antonia Chaves: “Os homens só faziam os tijolos, as mulheres que carregavam lá para a caeira [...] quente, quente, quente [...] quente demais, por mais que a gente se protegia.” (CHAVES, 2019, s/p).

Carregadoras de tijolos nas olarias do Poti Velho foi a função recorrente empreendida pelas mulheres que entrevistamos. De acordo com o Perfil do Trabalhador em Olarias do Mafrense, elaborado em 1994 pelo SEBRAE em parceria com a Prefeitura do Município de Teresina, no trabalho oleiro

[...] o carregador seria responsável pelo transporte e condução dos tijolos/telhas crus do lastro para o local em que seria construído o forno e, depois de assados, desempilhá-los-ia colocando-os sob a forma de fiadas, atividade feita geralmente por mulheres. (PORTELA, 2005, p. 73).

Segundo as entrevistadas, o trajeto do carregamento, na maioria dos casos, era feito com os tijolos empilhados sobre a cabeça, ela era forrada por um pedaço de tecido e uma tábua. O ponto de partida eram os fornos onde fabricavam os tijolos e elas carregavam até os locais de depósito nas redondezas dos fornos, onde os tijolos eram enfileirados.

De acordo com as narrativas das mulheres que estudamos, era comum que as crianças e adolescentes fossem levados para as olarias por algum parente, principalmente por suas mães, e os motivos eram diversos. Em suas vivências se destacam: a falta de ter alguém com quem deixar as crianças e a necessidade de elevar os ganhos para complementar a renda.

Como argumenta Gomes (1998), no caso onde uma família vive no limite da pobreza “[...] não lhe sobra outra alternativa a não ser pôr a trabalhar, indistintamente, idosos, adultos, jovens e crianças, homens e mulheres. Nestes termos, ao se falar de exploração de trabalho de crianças e jovens pobres está-se falando da exploração das famílias deles.” (GOMES, 1998, p. 55). Os motivos de crianças e adolescentes terem ido trabalhar nas olarias do Poti Velho estão relacionados à necessidade e pobreza de suas famílias. A adolescência de Maria do Amparo foi regada pelo trabalho nas olarias:

Trabalhei muito carregando tijolo [...] quando eu cheguei aqui com uns 13 anos eu não tinha emprego, não tinha serviço, meu serviço foi trabalhar na olaria, comecei lá [...] a gente trabalhava na diária e trabalhava mesmo de conta



própria, eu comecei eu mesma pela minha conta carregando tijolo, botar os milheiros porque era 1.500, dois milheiros, três milheiros, até quatro milheiros de tijolos eu tirava [...] todo dia [ia para olaria], de segunda a sábado [...], pesado. (AMPARO, 2019, s/p, grifo nosso).

Em sua narrativa, Maria do Amparo descarta uma vida que pudesse correr sem trabalho quando diz que, ao chegar aos 13 anos no Poti Velho ela não tinha trabalho e lhe restou carregar tijolos. Abarcadas pela pobreza da região, não havia no horizonte de suas famílias outra ideia se não a de que todos os membros da família precisariam trabalhar, incluindo os adolescentes. As atividades exercidas por mulheres, crianças e adolescentes nas olarias ocorriam sem a necessidade de especialização e era de fácil acesso, por isso foi uma alternativa para muitas famílias que incluíam seus pequenos para garantir mais remuneração. Maria de Lourdes narrou:

A gente morava aqui no Santa Maria, do outro lado, aí eu era muito pequena, mas minha mãe e meu pai trabalhavam com vazante. Aí meus irmãos menores, meus irmãos mais velhos, nós trabalhávamos só aguando pimenta. Eu como era muito nova ainda, tinha uns oito anos nesse tempo, aí eu não fazia esse serviço, aí quando eu sai de lá eu já vim direto para cá, para a olaria. Eu pequena mesmo, mas eu ainda ia trabalhar na olaria. (LOURDES, 2019, s/p).

O trabalho nas olarias era atrativo para pessoas que não tinham muitas opções para ganhar dinheiro, geralmente se dividiam em mais de uma atividade, inserindo toda família, assim podiam assegurar alguma renda diária apenas para as despesas familiares. Para Silva (2011), a falta de condições socioeducacionais das famílias faz com que a única opção seja a entrada em trabalhos informais que não trarão segurança para o futuro das novas gerações, “As práticas informais são antecedidas da pouca habilidade para o mercado de trabalho, justificando desta maneira o tipo de trabalho em que as famílias estão inseridas, e são precedidas de uma renda que não contribui para a superação da pobreza.” (SILVA, p. 158, 2011).

Observaremos ainda que o trabalho nas olarias além de fazer parte da vida das pequenas oleiras, em alguns casos, continuou na vida adulta. Maria de Lourdes recordou:

Meu pai se separou da minha mãe, aí minha mãe trabalhava vendendo verdura, [...] meu tio ajeitou uma banca para ela lá no mercado do Mafuá, aí ela trabalhava lá e a gente trabalhando nas olarias. Nós trabalhávamos a semana todinha na olaria, [...] tinha uma irmã mais velha, a gente anotava os tijolos tudo no nome dela. E aí no final da semana o dinheiro, recebia, levava logo para mamãe para pagar a quitanda. E assim a gente foi se criando lá dentro das olarias, nós trabalhamos muitos e muitos anos desde pequenininha, desde



pequena a gente trabalhou nas olarias, aí quando a gente saiu da olaria foi que viemos para cá para o polo. (LOURDES, 2019, s/p).

A partir do relato, podemos observar que o sustento era uma questão familiar, por isso todos os membros da família da entrevistada estavam envolvidos com o trabalho nas olarias, inclusive ela e seus irmãos. O dinheiro era repassado para a mãe para arcar com as contas e necessidades coletivas. Geralmente, o trabalho informal tanto nas olarias e em outros setores, independia apenas do patriarca ou a matriarca e acabava por inserir crianças e adolescentes.

A menção à separação dos pais indica que também havia o fator de que muitas mães que trabalhavam nas olarias podiam ser separadas de seus maridos e acabavam ficando responsáveis pelo cuidado com os filhos. No caso de nossa entrevistada, a memória do trabalho nas olarias somada à lembrança da separação dos pais, demonstra que a realidade das olarias envolvia mulheres que não tinham a opção de abandonar seus filhos ou deixá-los em casa com alguém. Neste contexto, sobrava a inserção de seus pequenos no trabalho oleiro como estratégia dupla: a de não os deixar sozinhos e a de ganhar um pouco mais de dinheiro.

Segundo Silva (2011), famílias que são desafiadas pela desigualdade e pobreza, cujas políticas sociais não chegam até elas ou quando chegam não reverterem esse quadro, acabam criando mecanismos para enfrentar tal contexto. Por não conseguirem acessar o mercado de trabalho formal que lhes dariam salário fixo, as estratégias de sobrevivência surgem para satisfazer as necessidades mais elementares, elas “[...] centram-se no campo das necessidades na maioria das vezes materiais e se desenvolvem como uma prática que envolve todo o grupo familiar devido a perda da renda e privações.” (SILVA, 2011, p. 99).

Na vida adulta, Maria de Lourdes replicou a atitude de levar os filhos para as olarias, eles só saíram da atividade quando houve uma fiscalização que interferiu no trabalho oleiro de crianças e adolescentes e os obrigaram a estudar. Seus filhos permaneceram trabalhando com o barro, foram fazer cerâmica artesanal e continuam até hoje trabalhando com ela em sua loja pessoal que não possui vínculo com a COOPERART-Poty.

Porque na época eu trabalhava nas olarias, meus meninos tudo trabalhava junto comigo [...] pequeno [os filhos]. Esse tempo não tinha [cooperativa], aí foi na época que veio a fiscalização lá nas olarias, eu recebi uma bolsa ainda um tempo, para tirar os meninos das olarias e tudo, mas eles estudavam. E aí, daí



depois eles começaram, antes daqui, de eu ganhar isso aqui [a loja pessoal] aí aqui ainda hoje eles trabalham [com cerâmica artesanal]. (LOURDES, 2019, s/p, grifo nosso).

Na vida de Maria de Lourdes revela-se a reprodução de um comportamento que outrora ela foi alvo quando adolescente, o labor nas olarias teve caráter familiar e envolveu seus filhos que foram levados por ela. Cabe ressaltar, a função de carregar tijolos foi usada como pretexto para desvalorização de mão-de-obra. Por ser um dos processos finais de produção, os empregadores puderam usá-lo como um pretexto de discriminação de remuneração e, pela facilidade com que entravam no trabalho como carregadoras aos montes, eles puderam explorá-las. Observe o relato de Raimunda Teixeira:

Quando a gente chegou aqui, aquela década, acho que foi 1971, aqui uma das grandes gerações de renda aqui era a produção de tijolos comum, onde o homem fazia o tijolo e mulheres e crianças carregavam na cabeça. E aí eu fui junto com meus quatro irmãos para as olarias carregar tijolo, para poder ajudar minha mãe, porque ela trabalhava no mercado Mafuá, ela ganhava muito pouco, não dava para sustentar a gente, a gente morava de favores na casa do irmão dela. Então assim, era muito difícil nossa vida. (TEIXEIRA, 2019, s/p).

No caso de Raimunda Teixeira, o trabalho penoso começou pouco antes de chegar à adolescência, quando ela ainda era uma criança, juntamente com seus irmãos, o objetivo era ajudar a mãe na complementação de renda para o sustento familiar. Ela lembrou que ficou nas olarias mesmo depois de adulta: “[...] porque desde cedo, desde a idade de 11 anos eu comecei a mexer com barro, que foi na olaria, e lá você tava aquele contato direto e eu passei lá, fiquei adulta lá, carregando tijolo.” (TEIXEIRA, 2019, s/p).

Quando pessoas estão envolvidas por contextos de desigualdades sociais e pobreza torna-se comum que toda família se envolva em serviços. Para Silva (2011, p. 100), estratégias de sobrevivência são traçadas com o objetivo de reunir recursos vindos de várias frentes de trabalho, para que o dinheiro obtido supra as necessidades fundamentais ou pelo menos possa arcar com o mínimo de despesas. Por isso jovens, crianças e mulheres, desabrigados por políticas públicas eficazes, são absorvidos pelo mercado informal.

A ocupação nas olarias foi a parte mais importante da vida de Raimunda Teixeira na fase de crescimento e também afetou seus estudos. Ela passava o dia carregando tijolos para a noite ir à escola, as poucas oportunidades e a necessidade de se manter trabalhando durante a infância e adolescência também foram responsáveis por mantê-la trabalhando nas olarias mesmo depois de se tornar mãe na vida adulta.



Carregava tijolo o dia todo naquele sol quente e aí quando eu fui conhecer uma sala de aula foi com uns treze anos. Minha mãe e meu pai eram analfabetos, eles não tinham essa visão da questão de estudo, depois com 13 anos eu mesmo fui buscar me matricular e foi quando eu entrei na sala de aula. Depois eu já era meio danada e fui atrás pra matricular meus outros irmãos também. E a gente passou a estudar de noite porque a gente tinha que trabalhar durante o dia para se sustentar. Depois, aos dezenove anos eu engravidei, mãe solteira, aos 20 anos eu tive meu primeiro filho e continuava lá trabalhando na olaria. (TEIXEIRA, 2019, s/p).

Observamos a reprodução de desigualdades em suas interseccionalidades (CRENSHAW, 2002), a pobreza dificultou estudos e ascensão social de duas gerações (a dos pais e a de Raimunda) replicando situações (o abandono dos estudos). O ambiente de trabalho das olarias também era aproveitado para a obtenção de renda de outras formas. O relato de Antonia Lisboa é importante nesse sentido:

No tempo a gente era pequena, não tinha com quem deixar em casa, minha mãe ia carregar tijolos e nós íamos junto com ela, aí se juntava a minha mãe e duas vizinhas, aí levava um “isoporzinho” com “dindim” para vender [...] e carregando tijolo. Então, o barro já faz parte da nossa vida já a bastante tempo. Aí depois disso, aí fui indo estudar, fui ficando adolescente, aí fui começar aquela coisa de querer não estudar, depois lá vai e casa, vai virar dona de casa. (LISBOA, 2019, s/p).

As estratégias para ganhar a vida também ocorriam dentro do próprio ambiente de trabalho, as olarias também eram locais de improvisado para as mulheres. Há também a trajetória daquelas que não entraram ainda crianças ou adolescentes no labor de carregar tijolos. Este é o caso de Antonia Chaves que começou a trabalhar nas olarias na vida adulta.

Eu trabalhava em olaria e dona de casa. A olaria tem um forno para enfiar, tem os lastros para colocar os tijolos, aí a gente pegava dos lastros, colocava uma tábua ou um tijolo para colocar os outros [...] empilhar na cabeça. Eu tinha 22 anos quando eu comecei a olaria, 22 anos. (CHAVES, 2019, s/p).

No caso de Antonia Chaves, ela já era casada e mãe quando começou o labor nas olarias, trabalhava apenas como dona de casa, não tinha outra fonte de renda, o marido possuía ocupação e as filhas estudavam, por isso, ela não viu necessidade de levá-las para as olarias e aproveitava o horário que as crianças estavam na escola para se dedicar ao labor oleiro. O dinheiro para ela era uma ajuda na complementação da renda que o marido trazia para casa e uma forma de não ficar estacionada.

[...] era só uma ajudazinha, só para não tá em casa, porque eu nunca gostei de estar sem fazer nada. Eu sempre gostei de ocupar minha mente com alguma



coisa, e aí as minhas meninas [...] elas começaram a estudar, aí eu dividi os horários. Porque sempre a gente precisa [...], o marido trabalha, ganha por semana, por mês, e aí sempre precisa de um, no intervalo daqueles dias, precisa de alguma para comprar, o colégio sempre pede, assim, algumas coisas, eu sempre queria ter. (CHAVES, 2019, s/p).

Observamos que Antonia Chaves tinha necessidades particulares com relação à sua entrada no trabalho oleiro. Mesmo sendo destinado para a manutenção familiar, o resultado do esforço de seu labor era aplicado no cotidiano da vida e na rotina escolar das filhas, pois havia a colaboração de seu marido como provedor da maior parte da renda mensal

De acordo com Abramo (2010), no modelo de sociedade baseada na dicotomia homem-provedor e mulher-cuidadora, o trabalho feminino é visto como um aspecto secundário, não como projeto de vida, de constituição de identidades e de suas possibilidades reais. Tal reflexão é demonstrada no relato seguinte:

Aí na época meu marido trabalhava, eu até trabalhava escondido, porque ele não queria que eu trabalhasse, aí eu saía de noite com a vizinha, ele às vezes trabalhava viajando, e aproveitava. Aí quando ele chegava, que trabalhava também em Teresina, aí eu também fazia a mesma coisa, eu fazia a comida para ele, para ele levar para a firma, aí aproveitava e passava o dia todinho na olaria trabalhando. (CHAVES, 2019, s/p).

A frequência clandestina de Antonia Chaves nas olarias em relação ao marido era fruto da insegurança masculina construída socialmente: a de ser entendido como aquele que coloca dinheiro em casa, enquanto a mulher dona de casa cuida de todos os assuntos domésticos e dos filhos. Sendo que isso reforça estereótipos e divisões sexistas de tarefa.

Mesmo em contextos de dificuldades e necessidade de elevar os ganhos, este é um exemplo de que o fantasma da divisão de papéis sociais pautadas em hierarquizações construídas para gerir desigualdades Kergoat (2009), atinge, em certo grau, mulheres de classes pobres nas relações entre maridos e esposas, principalmente na questão do trabalho.

O trabalho penoso nas olarias deixou marcas na memória das mulheres que estudamos, elas frequentemente lembram do sol quente ardendo em suas peles, mistura do calor dos fornos de queima de tijolos com as altas temperaturas do clima de Teresina, que podem chegar a 40° graus no período do B-R-O-BRÓ , entre setembro e dezembro, quando as queimadas também aumentam, as chuvas diminuem e o clima seco na capital contribuem para a elevação do calor. Maria de Lourdes, recordou a rotina árdua nas olarias.



[...] antes de eu trabalhar aqui no polo cerâmico eu trabalhava nas olarias, trabalhava em um serviço duro, puxado. A gente trabalhava no sol, era muito sofrido, saía, chegava. Eu trabalhava na diária, por diária, eu chegava sete da manhã e saía meio dia. Onze horas eu retornava, uma hora eu saía cinco horas da tarde, às vezes quando tinha caeira de tijolo queimado, a gente ainda para aumentar mais a renda, aí quando saía da diária, a gente saía para fazer tipo “cerão”, fazer hora extra. Aí ia trabalhar, tirar tijolo até sete horas da noite. Aí quando dava assim umas sete a gente vinha embora, aí no outro dia saía de madrugada para fazer “cerão” de novo até sete horas da manhã. Sete horas, seis e meia a gente parava tomava café, aí ia pra diária de novo. Era um trabalho muito sofrido, muito cansativo e o ganho também era muito pouco. (LOURDES, 2019, s/p).

No labor oleiro travou-se uma batalha contra o corpo das trabalhadoras. Sem oferecer condições propícias de manutenção da segurança e saúde, elas enfrentaram o dia-a-dia carregando tijolos, em uma luta por sobrevivência dupla: para colocar comida na mesa, pagar suas pequenas dívidas e para fazer a armadura do corpo aguentar o trabalho debaixo do sol da quarta capital mais quente do país. Não é incomum que as olarias tenham deixado marcas no corpo de suas trabalhadoras. O sofrimento do labor oleiro causou danos à saúde física de Maria do Amparo, como demonstra o fragmento de sua narrativa a seguir:

Olha, eu me “escambixei” lá. Eu deixei de trabalhar porque eu fiquei doente da coluna. Era porque lá da olaria, [...] aí para encher, aí tinha a área que eles faziam os tijolos e a gente ia carregar na cabeça para encher a caeira [...] muito sofrida a minha vida. (AMPARO, 2019, s/p).

As mulheres arriscaram sua integridade física para ganhar um pouco de dinheiro em um trabalho sem possibilidades de ascender de ocupação, a irregularidade de suas funções permitiu a exploração e degradação dos corpos a ponto das trabalhadoras se machucarem fisicamente e, mesmo assim, continuarem a frequentar o ambiente das olarias. Este era o panorama das sobrevivências femininas do Poti Velho, onde mulheres construíram seu futuro com o barro desde cedo, debaixo de muito sol, sofrimento e inseguranças.

Esta situação de precariedade do trabalho feminino no Poti Velho está intrinsecamente ligada ao capitalismo, a manutenção e exploração de desigualdades sociais estruturais gerenciadas por interseccionalidades de gênero, raça e classe. Mesmo quando o sistema capitalista absorveu mão de obra feminina, ele produziu uma massa de mulheres pobres que foram empurradas para a informalidade. Observando dados do SIS (2020) sobre as taxas de instrução, trabalho assalariado e informal, renda e funções, eles mostram que o desprivilegio no Brasil atinge principalmente mulheres negras pobres, de



modo que “Preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital.” (SAFFIOTI, 1969, p. 52).

As desigualdades históricas explicam porque mulheres nestas condições aceitam trabalhar por ganhos insignificantes. No passado colonial brasileiro mulheres negras (e indígenas) foram submetidas ao trabalho forçado e ao serem libertas recebiam misérias pela prestação de seus serviços como domésticas, vendedoras ambulantes, e etc., aponta Dias (1995). A situação estrutural perdura nos tempos de hoje (SIS, 2020).

Silvia Federici (2019) argumenta que a associação histórica das mulheres com o trabalho doméstico não remunerado também é um dos fatores que dificultam as mulheres receberem remunerações mais dignas, “Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo.” (FEDERICI, 2019, p. 74)

A remuneração que as mulheres oleiras ganhavam era um reflexo do desespero das necessidades e da escassa possibilidade de inserção em outros trabalhos, pois recebiam micharias pelo seu desempenho carregando tijolos. Mesmo quando mulheres atuavam em outros trabalhos quando podiam ou desenvolvessem estratégias de ganhar um pouco mais dentro das olarias comercializando algum produto, não haviam escolhas mais viáveis em termos de remuneração e a saída era se submeter aos inexpressivos ganhos das olarias. Antonia Chaves tentou recordar quanto recebia pelo trabalho de carregadora de tijolos.

Era pouquinho. Na época era o que? eu nem lembro mais o milheiro que a gente colocava, não sei se era 5\$ reais o milheiro que a gente colocava no forno, [...] era uma coisa horrível, coisa de louco a gente trabalhar na olaria, era muito peso para nós, às vezes a gente ficava numa fila esperando o diarista tirar de cada um, aí é que chegava em nós. Eu sei que é sofrido e é um ganho pouquíssimo, pouco demais, só mesmo para quem não tinha mesmo outro ganho. (CHAVES, 2019, s/p).

Pela narrativa de Antonia Chaves, observamos que todo o processo do trabalho oleiro era desgastante, inclusive o momento de esperar para receber o dinheiro após carregarem tijolos o dia todo. A lembrança da fila e da demora na espera, demonstram implicitamente em suas memórias que a fadiga e o cansaço interferiam em todas as etapas do labor nas olarias.

Para Halbwachs (2015, p. 39), as lembranças dos indivíduos precisam concordar e que exista vários pontos de contato entre as memórias para que venham a ser



reconstruída sobre uma base comum. Com relação ao dinheiro que recebiam por carregar tijolos diariamente debaixo do sol quente das olarias do Poti Velho, apesar da imprecisão de números, elas concordam quando mencionam que o ganho era muito pouco.

Eu acredito que fosse menos de um salário para sustentar a família toda. Trabalhar de segunda a sábado, só tinha folga no domingo, eu acredito que nesta época não era um salário que a gente ganhava porque era muito pouco o valor. Nem lembro. Porque a gente trabalhava, carregava tijolo por milheiro e aí atingia tantos milheiros a diária, a diária tinha um valor. A gente trabalhava o dia todo, aí eu não me recordo o valor da diária, mas era muito pouco que a gente ganhava. (LOURDES, 2019, s/p).

O relato acima pertence à Maria de Lourdes, ela trabalhava junto com a mãe e os irmãos nas olarias carregando tijolos, por isso ela estima que o valor que recebiam juntos, por mês, não chegava a um salário, e esse dinheiro era usado para sustentar a família toda. “Muito pouco” é a expressão que define recorrentemente as baixas remunerações que eram destinadas para elas. Maria do Amparo também define assim: “Era pouco na época, eu nem lembro direito, mas acho que era 4\$ reais o milheiro, era coisa pouca, 2\$ reais, era assim, quase assim, e depois é que vinha aumentando aos poucos.” (AMPARO, 2019, s/p).

No fragmento seguinte, extraído da revista *Ideias de Gestão*, do relato de Raimunda Teixeira, ela rememora: “Eu ganhava R\$ 2,50 para cada milheiro de tijolos que carregava. No máximo, por dia, eu conseguia carregar dois mil tijolos. Eu ganhava muito pouco!” (SILVA, 2011, p. 16). Apenas analisando os relatos não podemos chegar a um valor exato de quanto as mulheres recebiam em diárias nas olarias por cada milheiro de tijolos que carregavam, mas podemos fazer uma média. De acordo com suas memórias, o valor variava entre 2,50\$ e 5\$ reais e podia aumentar inexpressivamente com o tempo. Veremos a seguir um pouco sobre a inserção das oleiras na manufatura cerâmica artesanal.

Manufatura cerâmica feminina no bairro Poti Velho

Como apontamos anteriormente, as mulheres que estudamos trabalharam nas olarias de tijolos antes de iniciarem no labor cerâmico artesanal. Para Lima (2011), a manufatura cerâmica artesanal local se iniciou na década de 1960, com a chegada de Raimundo Nonato da Paz no Poti Velho, conhecido como Raimundo Camburão, vindo do Estado do Maranhão. “O primeiro trabalho foi o de confecção de potes, que eram vendidos para moradores das áreas adjacentes; em seguida foram acrescentados outros



produtos à sua produção, a exemplo de jarros e filtros” (LIMA, 2011, p. 88), geralmente sem tintura. Nesta época, nas imediações, havia muitas pessoas se beneficiando da extração de argila nas olarias de tijolos.

De acordo com Silva (2011), a produção cerâmica voltada para usos domésticos foi inicialmente dominada pelos homens, eles cuidavam de dar forma aos objetos de argila e somente aos poucos as mulheres começaram a integrar esta atividade de modo indireto pintando peças já fabricadas por eles e organizando-as para a venda. Gradualmente, ao longo de quatro décadas, elas foram ocupando o espaço da modelagem direta do barro.

Apenas em 2004, a presença das mulheres na atividade de fabricação cerâmica se consolidou e elas passaram a produzir peças cerâmicas sistematicamente. Isso se deveu em parte à criação da Associação dos Artesões em Cerâmica do Poti Velho (ARCEPOTI) em 1998, que passou a oferecer cursos com técnicas de produção cerâmica com o apoio de entidades públicas e privadas e que foi presidida por uma mulher, a Raimunda Teixeira, uma de nossas entrevistas. Ela deu incentivo ao trabalho feminino na manufatura cerâmica e é citada por todas as mulheres que entrevistamos por sua importância neste processo.

Segundo Moraes et. al (2016), durante os primeiros anos da década de 2000, todo processo de produção cerâmica ocorreu em suas casas ou oficinas inadequadas, algumas eram construídas com taipa, argila, cobertas com palha, por vezes, telhas. Trabalhadores e trabalhadoras ceramistas se uniram na luta para que o governo construísse um local para assegurar o trabalho cerâmico. Como consta no Diário Oficial do Piauí de 5 de julho de 2005 (ARTESÃOS..., 2005, p. 3), o Estado do Piauí destinou verba para erguer o polo cerâmico em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina e foi construído pelas mãos dos próprios moradores. A seguir, a narrativa de Raimunda Teixeira demonstra a luta coletiva local pela construção do polo cerâmico.

Porque aqui foi o primeiro bairro de Teresina, mas era esquecido. O olhar do poder público voltou mais depois da nossa organização, da gente chamar, dizer “estamos aqui, a gente quer apoio, a gente quer mostrar nossa arte, nós representamos a história dessa cidade”. A gente lutou muito [...], muitas vezes você só briga “o poder público não faz”, mas você também pode dar sua contribuição, quando muita gente chega aqui eu digo assim “não foi o poder público que veio dando de mão beijada para gente não, a gente que foi lá, nós queremos, nós queremos assim, nós queremos.” (TEIXEIRA, 2019, s/p).

Com a luta de trabalhadores e trabalhadoras ceramistas, o polo cerâmico foi erguido. De acordo com Monte (2016), em 2006, a estrutura do polo cerâmico do Poti Velho foi construída. A estrutura foi levantada e passou a abrigar “[...] 28 lojas, que tiveram origem após a divisão de alguns espaços anteriores, cada uma com um showroom,



oficina, forno individual e estacionamento.” (MONTE, 2016, p. 80). As mulheres que trabalhavam nas olarias, e que são nossas entrevistadas, aos poucos foram trabalhar com a manufatura cerâmica, se uniram com interesses em comum e “Em 2006, foi criada a Cooperativa de Artesanato (COOPERART-Poty), composta somente por artesãs.” (MONTE, 2016, p. 54).

Para Lima (2012), o cooperativismo tem papel importante no desenvolvimento do indivíduo através das ações coletivas por se tratar de espaços de convívio, unidade econômica e promover a transformação daqueles que a compõem.

O cooperativismo visa, portanto, atualizar princípios socioculturais importantes na vida dos trabalhadores, mas com um sentido de reformismo individual e social, ou seja, de capacitação sociopolítica de seus adeptos para a transformação da sociedade em que vivem, transformando-se a si mesmos nesse processo. (LIMA, 2012, P. 215).

Pelo menos 28 mulheres participaram da fundação da cooperativa de artesanato do Poti Velho, incluindo algumas das mulheres que estudamos vindas das olarias. Atualmente, as lojas do polo cerâmico são alugadas para os trabalhadores e trabalhadoras pelo poder público municipal. A COOPERART-Poty reúne mulheres que não têm condições de alugar uma loja, elas trabalham em regime colaborativo, dividem as despesas da cooperativa e cada uma ganha sua parte pela venda de peças. Segundo as entrevistadas, a cooperativa contribui para superarem dificuldades e autonomia econômica e trabalharem em um ambiente seguro.

Considerações finais

Muitas mulheres que atualmente trabalham com a cerâmica no bairro Poti Velho tiveram suas primeiras experiências com a argila em situação similar: foram trabalhar nas olarias carregando tijolos e recebendo misérias por sua função como carregadoras de tijolos. Algumas foram inseridas na atividade muito jovens, geralmente levadas por suas mães. Os principais motivos foram o sustento familiar, a dificuldade de inserção em trabalhos formais e a complementação da renda. A memória coletiva que compartilham de suas trajetórias de vida nas olarias fortalecem sua identidade enquanto mulheres, em sua maioria negras, que se viraram em contextos de pobreza do bairro e também contribuem para a história e memória da comunidade Poti Velho.



Data de Submissão: 06/06/2021

Data de Aceite: 15/07/2021

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. Introdução. In: **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios – Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2010.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: Fontes históricas. Pinsky, Carla Bassanezi (org). — 2.ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ARTESÃOS do Poti Velho vencem a pobreza. Diário Oficial do Piauí. Teresina, 05 jul. 2005, n. 125. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diarios.php?dia=20190528>. Acesso em: 21 dez. 2019.

CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO Lucia; LIMA Valentina da Rocha. Histórias de Vida na América Latina. BIB, Rio de Janeiro, n. 16, pp. 5-24, 2.º Semestre, 1983. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-16>. Acesso em: 12 mar. 2020.

COSTA, Emília Viotti da. Estruturas Versus Experiência Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. BIB. Rio de Janeiro, n. 29 pp. 3-16, 1.º semestre de 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=91836>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DIAS, M. O. L. S. Mulheres sem história. Revista de História (USP), dep.de história da USP, v. 114, p. 31-45, 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. **Quotidiano e poder – em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação); Abreu, Alzira Alves de... [et al]. ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 316. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6783>. Acesso em: 30 mar. 2020.



GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. História (São Paulo) v.30, n.1, p.90-113, jan/jun 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742011000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 dez. 2019.

GOMES, Jerusa Vieira. Vida Familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. Paidéia, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, p. 45-61, fev-ago. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1998000100005. Acesso em: 23 jan. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro. 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: Do&A editora, 2001

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KERGOAT, Danièle, **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexos**. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LE MOS, Deanny Stacy Sousa; LIMA, Lorrana Santos. Oleiros e o Projeto Lagoas do Norte: relações de conflito, cidadania e reconhecimento. II Seminário América Latina: Cultura, História e Política. Uberlândia-MG, 16-18 out. 2017. Disponível em: http://seminarioamericalatina.com.br/wp-content/uploads/2018/02/LEMO_LIMA-GT2.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

LIMA, Ana Maria De. Saúde e Segurança do Trabalhador do Barro em Arranjos Produtivos Locais: O caso do artesanato de barro nos bairros Olarias e Poti Velho na cidade de Teresina – Piauí. Geografia da Universidade Estadual Paulista. (Doutorado em Geografia). Rio Claro-SP. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104291>. Acesso em: 14 mai. 2020.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. TERESINA: URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE. Texto publicado originalmente: Scientia et Spes. Revista do Instituto Camillo Filho. V. 1, nº 2 (2002). Teresina: ICF, p. 181-206. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308696850_TERESINA_URBANIZACAO_E_MEIO_AMBIENTE. Acesso em: 20 dez. 2019.

LIMA, Jurandir Gonçalves. Memórias Afetivas de Teresina: Tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000). Universidade Federal de Pernambuco Centro de Filosofia e Ciências Humanas. (Doutorado em História). Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17408>. Acesso em: 15 fev. 2020.

LIMA, M. da S. Cooperativismo: uma experiência feminina na arte de produzir conquistas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 20(1), p. 209-232. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100012. Acesso em: 23 jan. 2021.



MONTE, Catarina Nery da Cruz. Artesanato Ceramista e Direitos Culturais Frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho em Teresina-PI: Quais Diálogos?. Universidade Federal do Piauí. (Mestrado em Políticas Públicas). Teresina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/636/1.DISSERTA%C3%87%C3%83O%20CATARINA%20NERY%20FINAL%20%281%29.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 15 mai. 2020.

MONTE, C. N. C; MORAES, M. D. C. Paisagem Cultural em (Re)Construção (Artesanato Ceramista, Direitos Culturais no Poti Velho, Teresina - Pi). Rev. FSA, Teresina, v.13, n.4, art.13, p. 262-291, jul./ago. 2016. Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1079>. Acesso em: 19 dez. 2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. A OIT e a economia informal. Lisboa, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_664856.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

PEREIRA, Lucas Coelho. A canoa, o barro e o santo: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI. 2014. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais)**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Editora contexto, 2016.

PORTELA, Mirya Grazielle Torres; BARBOSA, Ranyellson Pires. Impactos ambientais da exploração de argila em uma olaria em Teresina-PI. Caderno de Estudos Ciência e Empresa – ISSN 1983- 4141, Teresina, Ano 12, n. 1, jul. 2015. Disponível em: <http://www.faete.edu.br/papers/25>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. Extração de argila e suas implicações socioeconômicas e ambientais no bairro Olarias, em Teresina. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Teresina, 2005. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 22 dez. 2019.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1969.

SEMPPLAN. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Prefeitura Municipal de Teresina. Perfil dos bairros – Poti Velho. Teresina, PI, 2018. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/POTI-VELHO-2018.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SILVA, Leni Maria Pereira. Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). 2011. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claro-MG, 2011. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/4-Leni-Maria-PereiraSilva.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.



SILVA, Raimunda Teixeira da. Cerâmica artística e independência econômica. Ideias em Gestão. ed. 5. Faculdade AIEC. Brasília, 2011. p. 16. Disponível em: <https://www.aiec.br/revista/pdf-mobiles.asp>. Acesso em: 17 mai. 2020.

Entrevistas

AMPARO, Maria do. Teresina, PI. Entrevista cedida a Amanda Lima da Silva, em: 14 dez. 2019.

CHAVES, Antônia. Teresina, PI. Entrevista cedida a Amanda Lima da Silva em: 14 dez. 2019.

LISBOA, Antônia. Teresina, PI. Entrevista cedida a Amanda Lima da Silva em: 15 ago. 2019.

LOURDES, Maria de. Teresina, PI. Entrevista cedida a Amanda Lima da Silva em: 14 dez. 2019.

MARGARIDA, Maria. Teresina, PI. Entrevista cedida a Amanda Lima da Silva em: 15 ago. 2019.

SOARES, Neli. Teresina, PI. Entrevista cedida a Amanda Lima da Silva em: 15 ago. 2019.

TEIXEIRA, Raimunda. Teresina, PI. Entrevista cedida a Amanda Lima da Silva em: 15 ago. 2019.